



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS RIO DE JANEIRO

ATA DA REUNIÃO DO CPC 27 DE JULHO DE 2021

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze, teve início, no ambiente virtual, pela plataforma Google Meet, a reunião do Conselho Pedagógico de *Campus*, sob presidência do professor Roberto Soares da Cruz. O presidente iniciou reunião a apresentando os novos coordenadores eleitos. Em seguida, falou sobre o processo de nomeação dos novos coordenadores, que ainda está em processo, e que a extinção do FG 4 não pode configurar extinções das áreas. Érica Faria disse que já assumiu a coordenação do CST em Processos Químicos, tendo em vista, as licenças maternidade da coordenadora e vice coordenadora. O professor Roberto disse que solicitaria o acesso da professora Érica via SIPAC à unidade da Coordenação do CST em Processos Químicos. José Ricardo Hassel Lopes perguntou quando vai ocorrer a troca dos coordenadores. O presidente disse que o processo de eleição de novos coordenadores pode iniciar em até 90 dias antes do término do mandato dos atuais coordenadores, mas que devido os imprevistos ocorridos, o processo foi finalizado no final do semestre letivo 2020-2, e o processo de designação/dispensa teve início depois das férias docentes. Em seguida, disse que o prazo de doze meses, como pré-requisito para se candidatar para as coordenações, não está de acordo com a lei 8.112. Felipe de Paiva disse que a criação e aprovação do regulamento interno é de extrema importância para validar o regulamento do CPC. Katia Correia disse sobre o seu cuidado na avaliação dos professores, afirmou também que a Coordenação do Ciclo Básico não tem nenhum professor lotado. Felipe de Paiva sugeriu para as coordenações que não têm amparo legal do regimento, que avaliações sejam feitas pelas coordenações regulamentadas ou pelas Direções. Roberto Cruz disse que as avaliações feitas pelas áreas, são feitas em conjunto, sendo que os coordenadores das áreas fazem as avaliações, e a Direção de Ensino assina junto. Em seguida, disse que o CPC não está respaldado, tendo em vista que o regulamento do CPC se baseia no regimento interno que ainda não foi aprovado, e que seria importante incluir as representações estudantis e os Núcleos como membros oficiais do CPC. No prosseguimento, o presidente falou sobre Reunião do fórum de Diretores de Ensino, que discutiu a implementação da resolução nº 11 de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de algumas disciplinas, sendo a Língua Espanhola, uma delas. Disse que a PROEN pretende discutir a revisão dos PPCs, e também mencionou a discussão do PNLD, com a proximidade da escolha do objeto 2, sendo que o objeto 1, foi preterido pelo *campus*. No dia onze de agosto de dois mil e vinte e um será o prazo final para a escolha ou não dos livros didáticos. Sendo que a atual configuração dos livros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS RIO DE JANEIRO

didáticos é por áreas, e que isto tem relação direta com a reforma do Ensino Médio, e o desmonte do Ensino Médio Integrado. Márcia Guerra disse que seria importante a disponibilização da chave de acesso para escolha dos livros didáticos, para as coordenações, e que o processo da forma que foi concebido, caminha no sentido da rejeição. Em seguida, disse que é importante ter acesso aos materiais que estão sendo pensados, sendo uma temática nacional. Roberto Cruz disse que vai tentar viabilizar a chave de acesso do PNLD. Rafaela Thereza disse que leu o material que a Direção de Ensino indicou, e que a discussão do CONIF não é o “não pelo não”, e que a recusa dos livros didáticos, deve estar atrelada a construção de um material didático do IFRJ, sendo um debate muito amplo que precisamos avançar. Roberto Cruz disse que a possibilidade de construção do material didático não é só para o IFRJ e sim para a rede federal. Márcia Guerra disse que existe uma comissão nacional de História fazendo esta discussão, e que os docentes podem ou não aderir ao programa do PNLD. Eduardo Coelho falou sobre a revisão do regulamento do Conselho de Classe e do regulamento do Ensino Médio Técnico, e que a discussão está ocorrendo em dois momentos, sendo o primeiro momento de uma análise diagnóstica, com a função de apontar problemas no regulamento, para isto, foi formada a comissão local do *campus* Rio de Janeiro. A comissão central do CAET vai receber as contribuições de todos os *campis*, e depois da discussão, teremos a devolutiva e a segunda análise do *campus*. Roberto Cruz falou sobre os processos dos professores substitutos, e que no concurso público para docentes, serão disponibilizadas seis vagas para o *campus*. Em seguida, disse que de acordo com o diálogo da Reitoria com a Direção de Ensino, o *campus* teria direito a uma vaga para a disciplina de Filosofia, mas que a vaga ficou para um próximo momento. Érica Faria disse que o CST em Processos Químicos está passando por cadastramento dos professores, e pediu para todos os professores do curso, atualizarem suas pastas e o seus currículos lattes. Posteriormente, falou da importância em termos as pastas dos professores do programa, digitalizadas, sendo importante o auxílio da Direção de Ensino para os professores deixarem as pastas organizadas. Rafaela Thereza disse que o processo de contratação dos professores substitutos está extremamente lento dentro da Instituição e que, por isso, atualmente existem duas turmas no curso técnico integrado de química que estão sem professores, além da equipe de físico-química estar com três professores a menos. Márcia Guerra disse que referenda a fala da Rafaela Thereza e que não podemos nos calar diante disto, e que isto é decisão interna, sem transparência. No entanto, a questão é de responsabilidade coletiva, e isto não passou por todos os responsáveis. Roberto Cruz informou que os processos para contratação dos professores substitutos não eram conduzidos por ele. Marcia Guerra pede que na próxima reunião do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS RIO DE JANEIRO

CPC haja uma resposta sobre a razão da Filosofia ser excluída do concurso, sendo este um tratamento inaceitável. Em seguida, Rudyard Coutinho fez a apresentação do andamento dos trabalhos dos comitês de acompanhamento das APNPs. Depois, Sheila Albert falou sobre a programação da segunda edição da SACEPI, com informações sobre a abertura dos editais para os minicursos e palestras, sendo que para as atividades artístico-culturais ela pensou em fazer um edital inicial contemplando o audiovisual, teatro e dança, e que para as outras atividades artístico-culturais, pensou em fazer uma nova chamada perto do evento. No prosseguimento da reunião, o presidente falou sobre o envio dos links para a entrega dos relatórios do trabalho remoto dos docentes. Rafaela Thereza falou sobre a presença do máximo e ausência do mínimo de carga horária no relatório da PRODIN. Em seguida, apresentou dúvidas sobre o e-mail enviado pela Direção de Ensino com as instruções de preenchimento. Gustavo Simas Pereira, solicitou que tudo o que está sendo discutido, seja registrado em e-mail institucional, para saber do que se trata, e deixar claro, quem está fazendo a solicitação, Roberto Cruz disse que está ocorrendo uma discussão ampla nas reuniões do sindicato sobre a questão dos relatórios do trabalho docente. Harley Moraes Martins disse que esta questão está confusa, e que queria uma orientação concreta para os professores da sua coordenação. Roberto Cruz disse que os formulários mensais vão ocorrer. Felipe de Paiva sugeriu a criação de um passo a passo bem enxuto, do que precisa fazer preencher o PIT, RAD e o relatório mensal. Roberto Cruz falou que existe uma instrução normativa para fazer o relatório mensal. Rafaela Thereza disse que o CPC precisa dos registros feitos em ata para posterior consulta. Em seguida, falou do documento que dispõe do limite máximo de duzentas horas para o trabalho docente, mas que isso não significaria que tenham que ser preenchidas 200 h todo mês. Por fim, pediu que a solicitação do Felipe Paiva seja atendida, pois vários professores da química já entregaram os formulários e a ausência de informações claras vem gerando um retrabalho nos preenchimentos. Regina Fukuda sugeriu caso seja possível, postergar a entrega do documento, e criar um e-mail com o passo a passo do preenchimento dos documentos, conforme o professor Felipe de Paiva sugeriu. Márcia Guerra disse que o passo a passo ajudaria muito. Roberto Cruz falou sobre o encaminhamento em comum de todos. Felipe de Paiva disse que os ajustes de horas trabalhadas serão feitos mês a mês, e que o total estará entre 160 e 200 horas. José Ricardo Hassel Lopes disse que está muito confuso com esta questão, e mencionou os casos dos professores que só dão aulas, como seria preenchido nos documentos. Roberto Cruz disse que o documento que está em vigor, é do trabalho remoto, o professor destaca que este muito mais flexível em relação ao documento do trabalho presencial. Flávia Vieira reforçou a importância da ação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS RIO DE JANEIRO

coletiva no preenchimento do documento. Harley Moraes Martins sugeriu fazer um formulário que
95 indique qual a carga horária que os professores têm que fazer a cada mês, e sugere que algum setor
ligado a gestão de pessoal possa auxiliar. Cristiane Mauad disse que sua proposta é parecida com a
proposta do Harley Moraes, sendo direcionada para o tempo máximo de carga horária mensal para
professores de 20h ou 40h, com uma proposta de uniformidade da Direção de Ensino e a construção
da carga horária mensal até o final do semestre letivo de 2021-2. Miguel Terra sugeriu retirar do
100 grupo do CPC, uma comissão para fazer isto, criando um modelo de passo a passo, com a participação
da Direção de Ensino. Roberto Carvalho disse que quando entrou na escola, a Educação Física era
ofertada para os alunos até o sétimo período, sendo que agora é ofertada até o quinto período. Em
seguida, disse que ficou muito chateado com as coisas que estão ocorrendo sobre o preenchimento
dos documentos do trabalho docente. Margareth Andrade Moraes disse que o documento é menos
105 engessado do que o do ensino presencial, com maior flexibilidade, e que isso deve ser visto como
uma vantagem para o momento atual. Em seguida, Gustavo Simas sugeriu suspender a entrega do
formulário PIT/RAD e fazer uma reunião com DE/DG/Reitoria e todos os servidores interessados,
sendo uma questão que ultrapassa o CPC, e não entregar absolutamente nada até que a reunião ocorra.
Roberto Cruz disse que a Direção de Ensino não tem esta competência de fazer a suspensão. Em
110 seguida, o presidente colocou em votação as três propostas sugeridas durante a reunião, sendo a
primeira proposta do Harley Moraes Martins, de fazer o cálculo da carga do trabalho docente de
forma mensal, a segunda proposta da Margareth Andrade Moraes, que a carga horária fique entre
160 e 200 horas, mas que o valor não fique determinado, e a terceira proposta do Gustavo Simas, que
a entrega do documento fique suspensa até a realização de uma reunião ampliada com a Direção de
115 Ensino, Direção Geral e PRODIN. Miguel Terra sugeriu que antes de colocar em votação as três
propostas, fosse feita uma votação sobre a prorrogação do prazo de entrega dos relatórios. Roberto
Soares da Cruz colocou em votação a proposta de aguardar ou não, uma nova reunião. A maioria dos
votantes optou por aguardar uma nova reunião. Desta forma, não houve necessidade de votação das
três propostas. Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião as dezessete
120 horas e cinquenta e cinco minutos.